ATA Nº 8/2017

Aos 24 dias do mês de julho do ano 2017, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho para a segunda reunião da terceira sessão ordinária do ano 2017, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por António Manuel Pinto de Oliveira e Teresa Magalhães, com a seguinte ordem de trabalhos:

7. Reversão dos terrenos cedidos ao SCE

10. Homologação das contas relativas aos exercícios de 2010 e 2011;

11. Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2017;

12.Aprovação das atas nºs 4/2017, 5/2017 e 6/2017;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente António Vicente de Amorim Alves Pinto

Foi verificada a presença dos **Vogais** Ricardo Bastos Sousa, Ana Paula Pereira Belinha, Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia** Nuno Pinto de Almeida, Rui Manuel Martins Torres e Manuel de Oliveira Dias.

Foi dada nota dos pedidos de substituição dos vogais José Manuel Carmo da Silva por Teresa Magalhães, Maria Alexandra Flor Bastos por Carlos Loureiro por Carlos Loureiro, Rita Figueiredo Reis Rola por Abel Santos, José Luis Machado Peralta por Joana Devezas, José Emanuel Teixeira Carvalhinho por Paulo Lemos, Henrique José Pedro Cierco por Ricardo Romeira, Elísio Manuel Ribeiro Pereira da Silva por José Dinis e o Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde por António Costa. Faltaram os vogais Pedro Nuno Oliveira Tavares e Rosa Martins de Freitas Duarte.

Verificado o quórum, o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão iniciando os trabalhos com os pedidos de intervenção do público presente. Deu a palavra ao Sr. Carlos Gomes Domingues que expôs um assunto relacionado com barulhos ensurdecedores durante a

noite, nomeadamente na praia de Espinho onde funcionava uma "discoteca" e outro relativo à colocação de letreiros para não alimentação de animais, uma vez que já tinha exposto o assunto aos serviços da Câmara Municipal na pessoa do Chefe da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente que lhe dissera que os letreiros seriam colocados. Passado cerca do um ano os letreiros não foram colocados e as pessoas continuavam a alimentar os animais.

O Presidente da AME procedeu à leitura do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Sr. Vogal José Manuel Carmo da Silva e solicitou que, na próxima sessão da Assembleia a realizar em setembro, fosse apresentado o substituto do Sr. Vogal. Deu ainda conhecimento da comunicação do Sr. Vogal António Pinto de Oliveira a informar que, por ter sido nomeado representante do município de Espinho na CPCJ, por deliberação da Câmara Municipal de 10/07/2017, deixa de exercer funções na CPCJ como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal de Espinho, solicitando a sua substituição. O Presidente da AME informou que aqueles dois pontos fariam parte da ordem de trabalhos da próxima sessão.

A reunião prosseguiu com o **ponto 7. Reversão dos terrenos cedidos ao SCE**

Pediu a palavra o vogal **Jorge Carvalho (CDU)** para dizer que estavam a referir-se a terrenos expropriados a 31 proprietários, a preços baixos, para o parque da cidade, para benefício de toda a população. No entanto os projetos desapareciam. Existia um projeto para construção de um novo estádio que nunca se concretizara. Disse que o SC Espinho não podia renunciar a um direito que já não tinha. Existia um prazo para iniciar a construção e o mesmo foi esgotado. Perguntou como poderia a Assembleia Municipal votar a aprovação de uma renúncia a um direito que já não existia e disse que abster-se-ia na votação.

Ricardo Sousa (PSD) disse que fora a Assembleia Municipal que decidira a concessão dos terrenos ao SCE, pelo que também tinha de ser consultada. Disse que a reversão da concessão já podia ter sido operada, mas a Câmara Municipal não o quisera fazer, porque embora o SCE não tivesse demonstrado grande capacidade para construir o estádio próprio idealizado, a Direção antes de 2015 tinha manifestado vontade em construir, por muitos problemas que aquela direção tivesse na gestão do SCE. A Câmara Municipal, numa atitude de consideração e respeito pela maior instituição desportiva do concelho, aguardara para perceber o que o clube queria fazer. O que estavam ali a discutir verdadeiramente era o estádio municipal e se o iriam ou não construir, sendo que a votação que ficasse ali expressa seria se queriam ou não avançar com aquela construção. Disse que a Direção atual do SCE promovera esforços junto da Câmara por ter chegado a conclusão que não tinha condições financeiras para construir. Disse que, naquele momento, a cidade não tinha estádio, uma vez que o estádio Comendador Manuel de

Oliveira Violas era já um espectro de um estádio e já não era do SCE. Tinham de perceber o que correra mal para o SCE não promover a solução do estádio próprio. Havia uma coisa de que as pessoas podiam ter a certeza, do juízo público e da censura pública por aquilo que se passara no SCE nos últimos 16 anos ninguém se livraria. Disse que houve Direções que arruinaram o SCE com gestões desastrosas, sendo que, algumas pessoas que fizeram parte daquelas direções estavam ali presentes e estavam a preparar-se para não dizer palavra sobre o assunto. Disse que não deixaria passar o assunto em branco. Iam ali decidir o investimento de milhões de euros e aquele investimento estava intimamente ligado com a gestão desastrosa de que o SCE fora alvo nos últimos anos. O SCE tinha muitos exemplos de decisões que levaram à situação de ter um passivo de 13 M€. Gostava de perceber, junto de responsáveis diretivos da altura, como, numa obra orçada em 5 milhões de euros, o SCE pagara 600 mil euros ao arquiteta projetista Nuno Lacerda, só pelo projeto de arquitetura e depois nada fora feito, o que correspondia a cerca de 12% do montante global da obra, que estava muito acima de todas as indicações que poderiam ter em relação a honorários de arquitetura. A maior parte daquele montante fora pago antes do projeto ser aprovado pela Câmara Municipal. Perguntou se a direção do SC Espinho não tinha, em Espinho, um arquiteto que conseguisse fazer a obra mais baratinha. Estava ali presente o Sr. Manuel Dias que fizera parte da Direção na altura. Tinham de perceber quem foram os responsáveis pelo desastre. O grupo do PSD votaria a favor porque entendia que era um equipamento essencial não só para futuro do clube mas para a cidade.

Rui Torres (JF Espinho) pediu um ponto de ordem para dizer que o assunto em discussão referia-se à reversão dos terrenos cedidos ao SCE, pelo que estava a espera que o Presidente da Mesa interrompesse a intervenção anterior e alinhasse a discussão para o ponto em discussão, que nada tinha a ver com a vida interna do SCE.

Presidente da Mesa respondeu que concordava que o ponto em discussão não devia abranger a gestão das direções e disse que Vogal Ricardo Sousa explicara que a situação atual não era exatamente aquela a que o SCE se comprometera, explicara a razão do SCE não ter feito o estádio quando aceitara fazê-lo.

Jorge Carvalho (CDU) perguntou se aquele arquiteto não era o mesmo que fora depois contratado pela atual Câmara Municipal, pagando-lhe 3 mil euros de avença e a quem pagara 200 mil euros por acordo em Tribunal.

Ricardo Sousa (PSD) respondeu que era o mesmo. Disse que o SCE decidira devolver os terrenos agora, embora já tivessem perdido o direito sobre eles, por haver um compromisso firmado com a Câmara Municipal para a construção de um estádio municipal. Se estavam a decidir um investimento de milhões de euros, tinham de perceber a razão do SCE não ter podido avançar com a solução proposta à Câmara, ou seja, por ter tido uma direção que, durante 16 anos, arruinara o clube.

Presidente da Mesa interrompeu pedindo para não serem feitas considerações sobre a gestão da direção do SCE.

Ricardo Sousa (PSD) disse que se o SCE avançara com a proposta de devolução de terrenos à Câmara Municipal era por não ter condições para construção do estádio.

Rui Torres (JF Espinho) perguntou por que razão a reversão dos terrenos ter de ser feita agora, uma vez que ainda não estava ainda orçamentado um cêntimo para a construção do estádio. Receava que se estivessem a alimentar demasiadas expetativas.

Presidente da Mesa esclareceu que a iniciativa tivera a sua origem no SCE, pelo que aquelas questões deviam ser colocadas àquela entidade.

Ana Rezende (CDU) disse que parecia que estavam na Assembleia do SCE e chamou à atenção para o título do ponto da ordem de trabalhos. A Assembleia Municipal só estava ali para constatar um facto sobre aquele ponto, ou seja, que por vicissitudes várias, o direito de superfície caducara por incumprimento da superficiária e aqueles terrenos retornavam à Câmara Municipal, que já os podia ter exigido até judicialmente. O ponto devia ser apenas de caráter informativo porque não tinham campo para deliberar o que quer que fosse, muito menos, como pretendia o vogal Ricardo Sousa, deliberar quanto à construção do novo estádio. Disse que constava da ata do SCE que o clube resolvera entregar os terrenos com base numa promessa num acordo que não era do conhecimento da Assembleia Municipal. Pediu que a mesa da Assembleia Municipal tivesse mão firme para não discorrerem sobre assuntos que a Assembleia não tinha de pronunciar-se.

Presidente AME disse que o acordo entre o SCE e a Câmara Municipal fora devidamente publicitado e entregue. Era verdade que se a Câmara Municipal, se assim o quisesse, já podia ter recuperado os terrenos por não cumprimento, mas estava ali em causa a deliberação sobre a construção ou não do estádio municipal. Estava acordado que o SCE entregava os terrenos à Câmara Municipal na contrapartida daquela construir um estádio municipal. Isso previa que

houvesse acordo e deliberação para a Câmara Municipal fazer um estádio municipal e não era só a entrega dos terrenos.

Ana Rezende (CDU) disse que, depreendia das palavras do Presidente da AME, que a Câmara Municipal ficava refém de um clube que não cumprira.

Presidente da AME interrompeu para dizer que o estádio era municipal e não do SCE.

Ana Rezende (CDU) retomou a palavra para dizer que a Assembleia Municipal não estava ali para deliberar sobre a construção do estádio municipal, nem tinha, naquele momento, poderes para isso.

Vice-Presidente CME pediu a palavra para esclarecer que estava em questão uma declaração por aquela Assembleia Municipal que autorizava a Câmara a fazer uma escritura de acordo com o SCE para a reversão dos terrenos e sem a qual não via forma da Câmara fazer uma escritura permitindo o registo dos terrenos. Existia uma segunda possibilidade, ou seja, uma ação judicial do Município contra o SCE para a reversão dos terrenos. Era legítimo questionarem a razão da questão surgir naquela altura e disse que o SCE subira de divisão e a sociedade civil mobilizara-se a volta de um clube. Fora também naquela altura que o processo de insolvência do clube concretizara-se com a homologação do processo, o que deixaria o clube sem instalações para jogar futebol. A Assembleia Municipal era uma assembleia política, podendo discutir o que quisesse no âmbito do documento, desde que relacionado. O SCE não tinha estádio para jogar e poderia não ter em setembro, outubro ou novembro e se o município não desse uma ajuda ao clube, aquele teria de jogar fora do concelho. O Município não podia fazer um estádio em terrenos que não estivessem registados em seu nome e para tal tinha de ter declaração da Assembleia Municipal e acordo do clube, sendo que este não tinha validade jurídica, em que se comprometia, havendo reversão dos terrenos, a iniciar o processo para construção do estádio. Aquele acordo tinha uma intenção política clara que era do conhecimento público. A Assembleia tinha de deliberar sobre a reversão dos terrenos, não estava ali em causa a deliberação para a construção do estádio. Havia ainda um orçamento a ser aprovado onde seria inscrita para 2018 a verba para aquele efeito o que seria feito pelo próximo executivo.

Jorge Pina (PS) disse que de facto o ponto que estava em discussão era a reversão dos terrenos e agradeceu o esclarecimento dado pelo Vice-Presidente da CME.

Aurora Morais (PS) disse que compreendia que quisessem fazer um prolongamento da assembleia do SCE, uma vez que a maior parte das pessoas daquela assembleia também

estavam na Assembleia Municipal. Leu o que o Sr. Luis Montenegro dissera na Assembleia do SCE: "…estamos fartos das promessas que são feitas nas proximidades das eleições…". O que o vogal Ricardo Sousa ali fizera fora mais uma vez embandeirar com estádio do Espinho, porque era a melhor arma eleitoral que qualquer partido tinha em Espinho. Disse que não confiava naqueles negócios. O SCE tinha 2 processos de insolvência, o primeiro de 2009. Quando fora celebrada a escritura de cedência de direito de superfície, já o SCE tinha problemas financeiros graves. Nada lhes garantia que o acordo celebrado seria cumprido. Duvidava que a Câmara Municipal tivesse condições para construir o estádio. A época começava em agosto e não existia estádio. Perguntou onde iria o clube jogar e como a Câmara Municipal conseguiria edificar um estádio em outubro ou novembro, só se fosse pré-fabricado. Considerava que era uma manobra eleitoral, era campanha pura e simples. Abster-se-ia na votação.

Vice-Presidente CME pediu a palavra para dizer que a vogal Aurora Morais tinha interpretado as suas palavras de forma errada, uma vez que não dissera que o estádio estaria pronto em outubro, mas que o orçamento municipal para 2018 era feito em outubro, depois das eleições. Qualquer obra municipal tinha de ter inscrição em orçamento, teria de ser feito um projeto e respetiva aprovação pela Câmara Municipal, lançamento de concurso, adjudicação, parecer do Tribunal de Contas, pelo que se o processo fosse feito em outubro garantidamente não haveria estádio na época a iniciar. Sobre a insolvência do Clube, disse que estar tecnicamente insolvente e ter uma declaração de insolvência eram duas coisas diferentes. O que acontecera com o clube era a homologação de um plano de recuperação no âmbito de um processo de insolvência. Naquele momento, era efetivamente uma questão urgente e importante para que os terrenos pudessem ser registados em nome do município e para que o executivo que estivesse em funções em outubro pudesse dar inicio aos procedimentos. Disse que o direito de superfície significava utilizar o terreno e quem votasse contra a reversão, estaria a favor que o Espinho construísse o estádio e contra a construção do estádio municipal.

Rui Torres (JF Espinho) disse que se o orçamento para 2018 fosse aprovado pela Assembleia Municipal em dezembro de 2017, e tendo em conta todo o processo necessário para a construção do estádio mais o prazo para a realização da empreitada, o estádio não estaria pronto nem em outubro de 2017 nem de 2018. Perguntou se a Câmara Municipal não podia avançar com o projeto de arquitetura para construção do estádio, embora os terrenos estivessem naquela situação.

Vice-Presidente CME respondeu que entendia não ser uma boa prática gastar dinheiro público em algo que não se sabia se aconteceria ou não.

Rui Torres (JF Espinho) disse que a Câmara Municipal contratara um projeto para um quartel para os bombeiros para um terreno que não era do Município.

Vice-Presidente CME respondeu que, no caso dos bombeiros, o terreno estava na posse do município há muitos anos, contudo não estava registado. Quando o registo fora efetuado para efeitos de submissão da candidatura descobriu-se que não havia a documentação necessária. Depois de efetuadas pesquisas, descobriu-se quem era entidade que tinha a escritura do terreno. Contudo não foi a tempo de submeter a candidatura, assim a Câmara abdicou do local e procurou um terreno já registado em nome do município.

Paulo Castro (PSD) disse que era de bom-tom, a Câmara Municipal terminar o mandato e exercer o seu direito de regresso do que lhe era devido. Não sabia se desenvolveria ou não no mesmo local um projeto relacionado com o SCE, apenas sabia, pela documentação que lhe fora entregue que havia intenção de regresso de terrenos.

Jorge Carvalho (CDU) lembrou que ficara registado em ata da Assembleia do SCE o que o Sr. Luis Montenegro dissera e já referido pela vogal Aurora Morais. Na proximidade das eleições o Presidente da Câmara Municipal de Espinho fizera a promessa de começar o estádio já, mas o que era certo era que nem em 2017, nem em 2018, nem em 2019 haveria estádio, dado que a Câmara Municipal não tinha possibilidades económicas de o fazer. Os dois projetos efetuados já não serviriam, teria de ser feito um novo que ainda não nascera, que teria de ser através de concurso internacional. O processo seria longo. A Câmara tinha dois tipos de receita, uma provinha do Estado, que cada vez era menor, e a outra vinha das taxas e tarifas que sobrecarregavam os Espinhenses. O município já construíra vários edifícios públicos que estavam a precisar de milhões para a sua conservação. A Câmara Municipal expropriara terrenos para construção de um Parque da Cidade, que não existia, prometera construir o quartel para os bombeiros, deu esperança à Banda de Música para construção da sua sede, os Clubes Populares estavam esperançados que a Câmara Municipal fizesse as construções, mas não tinha dinheiro e, de repente, antes das eleições, fazia promessas em que as pessoas já não deviam acreditar. O que deviam estar a discutir hoje não era a reversão dos terrenos mas a caducidade do contrato do direito de superfície e a Câmara assumir que aquele contrato caducara, extinguindo-se o direito de superfície e voltando à posse da Câmara. Parecia que o

SCE estava a fazer o favor de entregar os terrenos e que a Câmara Municipal respondia com favor de dar-lhes um estádio que custava milhões. Pelo facto do estádio ser municipal tinha de servir todos os clubes e não apenas o SCE e sendo municipal a Câmara, ou seja os contribuintes, teria de suportar todas as despesas.

Paulo Castro (PSD) disse que na informação escrita do Presidente constava que o estádio seria uma realidade, sendo que a verba seria inscrita em orçamento em 2018. Em lado nenhum estava referido quando estaria pronto. Também constava naquele documento que havia apenas uma renúncia do direito de superfície que era o que estavam a discutir. Sabia que existiam estádios entregues aos Clubes em que toda a gestão e manutenção era responsabilidade do clube e não encargo da Câmara Municipal. O Vogal Jorge Carvalho tinha o hábito de vir confundir as pessoas. Havia várias formas de fazer a gestão de um estádio e ainda não tinham informação sobre a forma como seria feita. Estavam a criar na mente dos sócios do SCE realidades que não eram verdades.

Jorge Carvalho (CDU) protestou contra a intervenção anterior do vogal Paulo Castro por ter referido que ele queria confundir as pessoas. O vogal Paulo Castro sabia que estava entregue ao SCE e à Académica a exploração de 2 parques subterrâneos, cujas despesas com reparações eram encargo da Câmara. Disse que já em 1977, o Presidente da Câmara Municipal de então, Sr. Artur Bártolo, também prometera a construção do estádio do SCE. Quem estava a enganar as pessoas e a prometer um milagre eram o vogal Paulo Castro e o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Pinto Moreira.

Vice-Presidente CME pediu a palavra para dizer que o que estava em votação na deliberação proposta pela Câmara Municipal era muito claro. Procedeu à leitura da mesma e referiu que nela constava a causa, pelo que não entendia a razão do Dr. Jorge Carvalho dizer que a Câmara Municipal não estava a usar aquele direito. A Câmara estava exatamente a usar aquele direito. Terminou a sua intervenção dizendo que uma coisa era por gostos no *facebook*, no menino da bandeira, outra coisa era ter que vir à Assembleia Municipal tomar uma decisão.

Jorge Carvalho (CDU) protestou pelo facto do Vice-Presidente CME dizer que o que estava em discussão era a reversão, quando 30 minutos antes, dissera que o que estava em discussão era saber se queriam um estádio municipal ou um estádio do SCE, quem quisesse o estádio municipal votaria a favor e quem quisesse o estádio do SCE votaria contra. Agora vinha dizer que não era nada disso que estava em discussão e que ele é que estava a interpretar mal.

Manuel Dias (Presidente JF Paramos) disse que fizera parte da direção do SCE e sempre fora a favor do estádio municipal, apenas não era a favor do "*timing"* da reversão dos terrenos a favor da Câmara, dado que só seria inscrita verba no orçamento para 2018, pelo que a decisão do SCE poderia ter sido tomada em outubro, novembro ou dezembro porque até lá nada seria feito. Como não era a favor do "*timing"* mas era a favor da reversão, porque era a favor do estádio municipal, e ainda por que esteve ligado a uma direção anterior, retirar-se-ia no momento da votação. Considerava que o Presidente da Assembleia Municipal tinha perdido o controlo da assembleia, permitindo toda aquela discussão e até uma provocação por parte de um vogal nitidamente propositada. Disse que não respondia a provocações. Haveria muito para dizer sobre o Espinho, sobre as mudanças da Câmara Municipal, do investimento que era para haver, dos comportamentos, das dificuldades e das conjunturas económicas que permitiram que durante dois anos consecutivos o apoio financeiro ao clube fosse zero. Naturalmente que foram cometidos erros, como era natural que, no futuro, a atual direção também fosse acusada de cometer erros. Disse que o SCE também gastara dinheiro nos terrenos que agora iam ser objeto de reversão, nomeadamente com a terraplanagem. Disse que não aceitava provocações e que a sua vida tinha sido pautada com muita humildade e educação e que assim continuaria.

Ricardo Sousa (PSD) disse que provocara de propósito porque o que quisera suscitar fora o debate sobre a destruição do SCE, que levara o clube a ter de tomar a decisão de não construir o estádio. A destruição do SCE tinha cúmplices e o Sr. Manuel Dias era um daqueles cúmplices. Disse que, em mais de metade dos cheques passados ao Sr. Arquiteto Nuno Lacerda para pagamento dos 600 mil euros, constava a sua assinatura.

Presidente AME disse que sempre teve o Sr. Manuel Dias como uma pessoa honesta, pacifica e com quem era possível trocar opiniões. Havia alturas em que não eram as pessoas que dominavam as situações mas eram as situações que ultrapassavam as pessoas. Disse que ao Presidente da Assembleia competia manter e garantir a equidade, mas não lhe competia substituir os Srs. Vogais quando tinham alguma dialética que roçasse a sensibilidade de outros. Pediu aos Vogais que fossem contidos nas suas afirmações, que fossem capazes de saber o limite da política e o limite da educação. Para exporem as suas ideias e as suas posições, não precisavam, nem deviam, beliscar a integridade moral, intelectual de cada um.

António Costa (JF Silvalde) disse que o ponto em discussão não podia ser desassociado da construção do estádio. Parecia-lhe que a Câmara Municipal já tinha feito uma proposta para a

construção do estádio municipal e que os partidos que iriam lançar as suas candidaturas também eram favoráveis a sua construção, excetuando o partido comunista, o que considerava que ia um pouco contra os princípios do partido, uma vez que estavam a falar de um estádio municipal e o PCP, por norma, gostava de nacionalizar. Considerava que o PCP devia também corroborar daquela opinião. Disse que a atual Direção do SCE tomara posse em 2014, herdando um passivo de 13 M€, um processo de insolvência que ainda não estava encerrado, tendo os credores aceitado o acordo. O SCE não tinha condições para construir o estádio, tendo mesmo de renunciar aos terrenos, embora tivesse a certeza que a atual direção quisesse um estádio próprio. Chegara o momento da proposta de construção do estádio, aprovada em assembleia do SCE realizada há cerca de dois ou três meses, que eventualmente coincidira com as eleições, tendo a Câmara aceitado a proposta. Não lhe parecia ser um estádio megalómano, era um estádio que trazia condições mínimas para o SCE jogar. A Câmara tinha uma proposta e ele acreditava que, se vencesse as eleições, seria inscrita a verba na proposta de orçamento para 2018. Também sabia que outras forças políticas estavam a prometer o estádio, tendo ouvido até dizer que alguns queriam construir o estádio na Alameda, o que seria ótimo mas não lhe parecia possível. Lembrou que o Espinho era uma instituição de utilidade pública, a mais eclética do concelho, era mais do que um clube centenário, tinha mais de mil atletas, milhares de adeptos e necessitava urgentemente de um estádio, por isso tinham todos de unirem-se a volta do clube.

Jorge Carvalho (CDU) protestou contra a intervenção anterior porque ele não era o PCP, nem sequer era filiado. Não podia interpretar o que ele dizia como sendo o que o PCP dizia. A CDU defenderia a construção de um estádio municipal, porque o tinham vindo a fazer, mas entendiam que um estádio municipal era para todos os clubes. Era de opinião que um estádio municipal não podia ter direito a futebol profissional. Não aceitava que um clube que pagava milhões por um jogador andasse no peditório, a pedir benefícios fiscais, ajudas das Câmaras. Disse que separava o desporto profissional do desporto amador.

António Costa (JF Silvalde) citou alguns dos estádios municipais existentes na zona, Avanca, Anadia, Albergaria, Águeda, SC Braga e disse que eram os clubes que lá jogavam.

Presidente da AME procedeu à leitura da proposta que iria ser votada, tendo a mesma sido aprovada com 13 a favor e 9 abstenções, estando 22 membros presentes.

Declarações de Voto:

Jorge Carvalho (CDU): "Abstive-me nesta votação porque entendo que o que deveria haver era uma denúncia por incumprimento da parte do Espinho e não uma renúncia da parte do Espinho. Em segundo lugar constatei e verifiquei que há pessoas que votaram nesta deliberação que não o deviam ter feito por conflito de interesses uma vez que participaram na deliberação da Assembleia no SCE e vêm depois aqui defender a mesma posição do SCE, portanto houve um conflito de interesses dessas pessoas."

Rui Torres (JF Espinho): disse que participou na Assembleia dos sócios mas fez questão de noticiar que não participaria na votação aquando da Assembleia e fez a seguinte declaração de voto: "Em relação a este ponto, a freguesia de Espinho, congratula-se com a possibilidade da construção de um estádio na nossa cidade. Hoje o futebol em Portugal é um desporto que movimenta muita gente e é disso mesmo que a nossa cidade precisa, de pessoas que nos venham visitar mas também que contribuam para o desenvolvimento económico e social da nossa cidade. A possibilidade da construção do estádio está inerente, obviamente à elaboração de um protocolo que defina claramente e prioritariamente a utilização pelo SCE, mas que também dê a possibilidade de outras instituições locais o poderem utilizar cumprindo desta forma o princípio da transparência e da igualdade."

11. Aprovação das Atas 4/2017, 5/2017 e 6/2017.

As atas foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que as atas dizem respeito.

Nos termos regimentais, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após sua leitura pelo Presidente da Mesa.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

_____

A Funcionária Municipal,

_____